

PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E RAÇA/COR: UMA AVALIAÇÃO DO BOLSA-ESCOLA EM MINAS GERAIS CONSIDERANDO BRANCOS E NEGROS*

Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo*

Resumo:

Historicamente negros e brancos apresentam profundas desigualdades sócio-econômicas. Há enormes diferenças quando fazemos análises quem envolvem o corte por raça/cor e educação e rendimento, sendo que há uma correlação implícita nessas duas variáveis. Além disso, essas diferenças acabam se perpetuando na sociedade, sendo muitas vezes transmitidas de geração em geração. Alguns programas federais de transferência de renda tentam minimizar os efeitos dessas desigualdades históricas. O Bolsa-Escola é um programa voltado para garantir uma renda mínima às famílias associado a ações socioeducativas. Nesse sentido, este trabalho possui como objetivo verificar se o Bolsa-Escola foi eficaz do ponto de vista de atingir os negros (mais pobres) em Minas Gerais. Os resultados indicam que cor é uma variável importante para analisar o recebimento do Bolsa-Escola, pois os negros têm mais chance de serem beneficiários do Bolsa-Escola do que os brancos. A renda *per capita* também se mostrou um fator forte para explicar o modelo utilizado na análise. Quanto maior a renda *per capita*, menor a chance de o indivíduo receber o benefício vis-à-vis aqueles de menor renda. Além disso, o recebimento do Bolsa-Escola se mostrou mais efetivo no meio rural. Portanto, as maiores chances de recebimento do benefício estão com as pessoas negras, de menor renda e moradoras de áreas rurais. Dessa forma, os resultados sugerem que o benefício cumpriu seu papel ao atingir a população negra, principalmente a mais pobre.

Palavras-chave: raça; avaliação de programas; educação; análise multivariada

* A elaboração deste trabalho contou com o apoio do IBGE embora as conclusões sejam unicamente de responsabilidade da autora. Um agradecimento ao Prof. Eduardo Rios-Neto e ao CEDEPLAR pela oportunidade de desenvolvimento deste trabalho e a Maurício de Castro Lima e Rafael Ribas pela paciência e ajuda com o STATA. Agradeço especialmente a Lúcio Paiva Monteiro pelos comentários e sugestões.

* Analista socio-econômico do IBGE, Mestre em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG.

PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E RAÇA/COR: UMA AVALIAÇÃO DO BOLSA-ESCOLA EM MINAS GERAIS CONSIDERANDO BRANCOS E NEGROS*

Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo*

1 Brancos e negros: um histórico de desigualdade

Historicamente negros e brancos apresentam profundas desigualdades sócio-econômicas. Há enormes diferenças quando fazemos análises quem envolvem o corte por raça/cor e educação e rendimento, sendo que há uma correlação implícita nessas duas variáveis.

Embora a classificação por raça/cor seja extremamente subjetiva, é possível se identificar diferenças marcantes com relação a algumas variáveis sócio-econômicas. Como exemplo temos a educação, onde encontramos de um lado os brancos, com maior escolaridade e no outro extremo os pretos, com menos anos de estudo. Embora tenha havido ganhos educacionais nos últimos anos para a população de uma maneira geral, os brancos experimentaram uma melhora mais que proporcional à dos negros, gerando assim uma perpetuação das diferenças raciais em termos educacionais (Lima, 1999).

Quando analisamos a alfabetização, que mede o princípio da escolaridade de um indivíduo, as diferenças raciais se tornam explícitas. Entre pardos e pretos, no entanto, não há diferenças significativas, o que significa dizer que ambos os grupos sofrem na mesma intensidade os efeitos da discriminação racial. Tanto para os homens quanto para as mulheres, há uma “*hierarquização racial*” nas taxas de alfabetização: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas¹. Além dessa hierarquização, brancos e amarelos se alfabetizam bem mais cedo do que a população negra (pretos e pardos) (Beltrão e Novellino, 2002). Analisando os dados do Censo 2000, encontramos taxas de analfabetismo cerca de duas vezes maiores para negros se comparados aos brancos nos estados do Sul do país².

Na hierarquia social educação, mercado de trabalho e renda são componentes importantes. A existência de um julgamento por critério racial acaba gerando uma alocação diferenciada dos indivíduos em várias etapas da vida baseada na cor da pele, gerando uma série de desvantagens dos negros em relação aos brancos. Essas desvantagens acabam se acumulando e sendo transmitidas de geração em geração (Lima, 1999), perpetuando assim as diferenças socioeconômicas entre brancos e negros.

* A elaboração deste trabalho contou com o apoio do IBGE embora as conclusões sejam unicamente de responsabilidade da autora. Um agradecimento ao Prof. Eduardo Rios-Neto e ao CEDEPLAR pela oportunidade de desenvolvimento deste trabalho e a Maurício de Castro Lima e Rafael Ribas pela paciência e ajuda com o STATA. Agradeço especialmente a Lúcio Paiva Monteiro pelos comentários e sugestões.

* Analista socio-econômico do IBGE, Mestre em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG.

¹ A ordem dessa seqüência é das maiores para as menores taxas de alfabetização

² Cálculos próprios da variação percentual nos indicadores de analfabetismo para negros e brancos. Para (taxa de analfabetismo de negros)/(taxa de analfabetismo dos brancos) encontramos: 112,94% para Paraná, 153,17% para Santa Catarina e 130,22% para Rio Grande do Sul.

Com relação a renda, Silva (1999) mostra que os brancos recebem mais que o dobro dos rendimentos dos pretos. Já os pardos estão numa situação mais próxima a dos pretos do que a dos brancos. Esses dados são de um estudo realizado pelo IBGE em 1976, através de um suplemento da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Dados mais recentes mostram que não houve alterações nesse quadro de desigualdade, pois o rendimento médio mensal de todos os trabalhos dos brancos é 2 vezes o rendimento dos pretos e pardos (IBGE, 2005).

Além disso, Hasenbalg (1999:31) aponta que *“a presença desproporcional de pretos e pardos na base da hierarquia social deve-se em grande parte à sua maior concentração numérica nas regiões menos desenvolvidas do Brasil”*. Além dessa desvantagem, o negro acaba sofrendo uma série de discriminações raciais que geram oportunidades educacionais limitadas, que por sua vez acabam restringindo sua capacidade de competir com a mesma igualdade no mercado de trabalho, fechando-se assim um círculo vicioso.

Oliveira e Miranda-Ribeiro (1998) demonstram que há uma segregação ocupacional por raça/cor no Brasil. Brancos e não-brancos (pardos e pretos) estão concentrados em diferentes tipos de ocupações, sendo que os não-brancos se concentram em ocupações menos favorecidas, como as categorias ocupacionais de nível manual.

Os diferenciais entre brancos e negros se encontram tanto nas características sócio-econômicas quanto demográficas. A idéia de democracia racial tem se mostrado uma falácia. Embora não tenhamos uma separação social explícita em relação à raça/cor do indivíduo, ainda hoje experimentamos diferenças marcantes com relação a características sócio-econômicas importantes, como educação e renda quando analisamos brancos e negros. Isso mostra que a cor ainda é um critério de classificação dentro da sociedade (Silva, 1991).

Alguns programas federais de transferência de renda tentam minimizar os efeitos de algumas desigualdades históricas. O Bolsa-Escola³ é um programa voltado para garantir uma renda mínima às famílias associado a ações socioeducativas.

“O Programa Nacional do Bolsa Escola foi criado em 2001 com a proposta de conceder benefício monetário mensal a milhares de famílias brasileiras em troca da manutenção de suas crianças nas escolas. A população a ser atendida foi definida segundo dois parâmetros e um requisito: faixa etária, renda e frequência à escola. Assim, todas as famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 90,00, cujas crianças de 6 a 15 anos estiverem freqüentando o Ensino Fundamental regular, podem ser beneficiadas pelo Bolsa Escola Federal. Uma vez beneficiária, a família passa a receber R\$ 15,00 mensais, por aluno, limitado a R\$ 45,00, ou três crianças por família.”
(MEC, 2006)

³ Atualmente, o Bolsa-Escola foi unificado ao Bolsa-Família. *“O Bolsa-Família unificou todos os benefícios sociais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás) do governo federal num único programa”* (MDS, 2006). No entanto, os dados utilizados nesse trabalho são provenientes da POF 2002/2003 que investigou o recebimento do Bolsa-Escola, dado o período de coleta, no qual o benefício ainda não havia sido unificado.

Nesse caso, o Bolsa-Escola não visa atingir apenas os negros, mas sim todos aqueles que se encontram em desvantagem social. No entanto, como já discutido, são os negros os que se encontram nessa situação de forma mais explícita, pois alguns indicadores socioeconômicos reforçam a idéia de oportunidades distintas entre brancos e negros. Assim, analisar se um programa social que busca conceder um benefício para a população carente atingiu os negros, é analisar se esse programa atingiu principalmente aqueles que se encontram na base da pirâmide social.

Quando se analisa a desigualdade de renda baseada na auto-declaração, ela é mais baixa do quando é baseada na alter-declaração. Nesse caso, quando se almeja medir a discriminação racial, é mais apropriado utilizar a alter-declaração, pois essa análise dependerá de como o indivíduo é visto na sociedade e não como ele se alto-classifica (Telles e Lim, 1998). No entanto, as estatísticas oficiais apenas captam a auto-declaração, e são esses dados de que dispomos para trabalhar.

Nesse sentido, este trabalho possui como objetivo verificar se o Bolsa-Escola foi eficaz do ponto de vista de atingir os negros (que também estão mais concentrados nas classes mais pobres). Para tanto, verificaremos se o percentual de negros beneficiados no Bolsa-Escola foi superior ou inferior ao percentual de negros na população. Complementando, verificaremos se há correlação entre raça/cor e os beneficiários do Bolsa-Escola inserindo outras variáveis na análise. O dados disponíveis que permitem esse estudo são os dados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2002-2003.

2 Metodologia

Os modelos de regressão são muito utilizados nas análises de dados por descreverem a relação entre a variável resposta e as variáveis explanatórias (Hosmer e Lemeshow, 1989). Para verificar a relação entre ser beneficiário do bolsa-escola e sua raça/cor foi escolhido o Modelo de Regressão Logística, frequentemente utilizado no caso da variável resposta ser discreta e dicotômica. Nesse caso, a variável resposta é se é ou não beneficiário do bolsa-escola e assume os valores 1 e 0.

Em nossa análise, esse modelo irá indicar a probabilidade de ser beneficiário do bolsa-escola dada a raça/cor⁴ do indivíduo e também alguns fatores socioeconômicos. A descrição das variáveis se encontra no quadro 1.

⁴ Amarelos e indígenas não foram incluídos na análise por representarem apenas 0,6% da população brasileira em 2003 (IBGE, 2004b).

Quadro 1

Variáveis utilizadas na análise

Variável	Descrição
<i>bescolap</i>	1 se recebe bolsa-escola, 0 caso contrário (variável dependente)
<i>cor</i>	1 se é negro (pretos e pardos), 0 caso contrário
<i>sexo</i>	1 se é do sexo feminino, 0 se é do sexo masculino
<i>gridade1</i>	1 se tem entre 0 e 19 anos de idade, 0 caso contrário (categoria de referência)
<i>gridade2</i>	1 se tem entre 20 e 39 anos de idade, 0 caso contrário
<i>gridade3</i>	1 se tem entre 40 e 59 anos de idade, 0 caso contrário
<i>gridade4</i>	1 se tem 60 anos ou mais de idade, 0 caso contrário
<i>grestud1</i>	1 se tem de 0 a 3 anos de estudo, 0 caso contrário (categoria de referência)
<i>grestud2</i>	1 se tem de 4 a 8 anos de estudo, 0 caso contrário
<i>grestud3</i>	1 se tem de 9 a 11 anos de estudo, 0 caso contrário
<i>grestud4</i>	1 se tem de 12 a 15 anos de estudo, 0 caso contrário
<i>grestud5</i>	1 se tem mais de 15 anos de estudo, 0 caso contrário
<i>grendpc1</i>	1 se a renda <i>per capita</i> for entre R\$0,00 e R\$50,00, 0 caso contrário (categoria de referência)
<i>grendpc2</i>	1 se a renda <i>per capita</i> for entre R\$50,01 e R\$100,00, 0 caso contrário
<i>grendpc3</i>	1 se a renda <i>per capita</i> for entre R\$100,01 e R\$200,00, 0 caso contrário
<i>grendpc4</i>	1 se a renda <i>per capita</i> for entre R\$200,01 e R\$400,00, 0 caso contrário
<i>grendpc5</i>	1 se a renda <i>per capita</i> for entre R\$400,01 e R\$1000,00, 0 caso contrário
<i>grendpc6</i>	1 se a renda <i>per capita</i> for de R\$1000,01 ou mais, 0 caso contrário
<i>situacao</i>	1 para urbano, 0 para rural

Com relação às variáveis há duas considerações a fazer:

- 1) para ser beneficiário do bolsa-escola, há um patamar máximo de renda para limitar o recebimento. No entanto, como a pesquisa buscava captar a realidade e não apenas os casos dentro da lei, foram pesquisadas todas as pessoas. Se as pessoas tinham um rendimento acima do permitido ou se descumpriam algum outro requisito do programa, isso não foi questionado. A declaração do informante era soberana e foi feito o registro na caderneta de coleta. Portanto, podemos ter informações de pessoas com renda acima do permitido pelo programa e ainda assim ser beneficiário;
- 2) a instrução de coleta era registrar o benefício do bolsa-escola para o responsável pela criança. No entanto, vários registros foram feitos indistintamente para a mãe, o pai, o irmão, outro morador e até mesmo a criança na unidade de consumo⁵.

Como os dados são da POF 2002/2003, uma pesquisa domiciliar de dados amostrais complexos⁶ foi necessária a utilização da função SVY (survey) do STATA para incorporar a estrutura do plano amostral na análise dos dados.

⁵ O termo Unidade de Consumo (UC) é utilizado na pesquisa para descrever “um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns” (IBGE, 2004a)

⁶ O plano amostral da POF 2002/2003 é um conglomerado em dois estágios, com estratificação geográfica e estatística (a partir de variável que caracteriza os estratos socioeconômicos) das unidades primárias de

3 Resultados

3.1 Análise descritiva

O foco de nossa análise é verificar o recebimento do Bolsa-Escola principalmente entre os negros. Assim, destacamos os percentuais de brancos e negros no país e o percentual de beneficiários de Bolsa-Escola separadamente e depois os beneficiários por raça/cor (Tabelas 1, 2 e 3, respectivamente).

Tabela 1
Distribuição percentual de raça/cor, Minas Gerais 2002/2003

Cor	Percentual (%)
Branco	51,2
Negro	48,8
Total	100,0

Fonte: POF 2002/2003

Tabela 2
Distribuição percentual de beneficiários do bolsa-escola, Minas Gerais 2002/2003

Bolsa-Escola	Percentual (%)
Recebe	16,6
Não recebe	83,4
Total	100,0

Fonte: POF 2002/2003

Tabela 3
Distribuição percentual dos beneficiários do Bolsa-Escola por raça/cor, Minas Gerais 2002/2003

Bolsa-escola	Cor		
	Branco	Negro	Total
Recebe	38,7	61,3	100,0
Não recebe	53,6	46,4	100,0

Fonte: POF 2002/2003

Os dados mostram que embora tenhamos um percentual de 16,6% que recebe Bolsa-Escola, esse recebimento foi mais efetivo para os negros. Os negros representam 48,8% da população mineira, no entanto, entre os que recebem Bolsa-Escola o percentual de negros é bem maior, de 61,3%.

amostragem (setores do censo Demográfico 2000). As unidades secundárias são os domicílios particulares permanentes. Os setores foram selecionados por amostragem sistemática com probabilidade proporcional ao número de domicílios por setor. Em seguida, os domicílios foram selecionados por amostragem aleatória simples sem reposição, dentro dos setores selecionados. (IBGE, 2004a)

Essas informações revelam que há um percentual maior de negros recebendo Bolsa-Escola. No entanto, para se afirmar que o Bolsa-Escola foi eficaz considerando os negros mais pobres é necessário controlar por uma série de outras variáveis já descritas na metodologia. Assim, podemos fazer uma análise mais completa do recebimento deste benefício.

3.2 Análise da Regressão Logística

O modelo escolhido irá indicar a probabilidade de ser beneficiário do bolsa-escola dada a raça/cor do indivíduo e também alguns fatores socioeconômicos e outras características individuais. Os resultados se encontram sumarizados na tabela 4.

Tabela 4
Coefficientes de regressão

Variável dependente	Resultados			
	bescola	Odds ratio	Parâmetro estimado	p
cor		1,26	1,95	0,05
sexo		1,07	1,48	0,14
gridade2		0,62	-6,52	0,00
gridade3		0,70	-4,78	0,00
gridade4		0,32	-6,59	0,00
grestud2		1,07	0,73	0,46
grestud3		0,68	-2,61	0,01
grestud4		0,69	-1,13	0,26
grestud5		1,00	-0,01	0,99
grendpc2		0,66	-2,14	0,03
grendpc3		0,44	-4,09	0,00
grendpc4		0,25	-6,46	0,00
grendpc5		0,15	-6,27	0,00
grendpc6		0,11	-3,23	0,00
situacao		0,38	-5,20	0,00

Fonte: POF 2002/2003

Ao controlar por todas essas variáveis, cor é uma variável com um nível de significância de 5% ($p < 0,05$) para o recebimento de bolsa-escola. Isso significa que os negros têm 26% mais chance de ser beneficiário do Bolsa-Escola do que os brancos. Esse resultado reforça os dados da Tabela 3 que mostra que o recebimento do benefício foi mais efetivo para os negros.

Ainda analisando o modelo, sexo não é um fator importante quando analisamos o recebimento do programa, pois não apresentou significância. Isso significa que ser homem ou mulher não é um atributo que influencia quem receberá o benefício.

Já idade é um atributo que se relaciona negativamente com o recebimento de bolsa-escola, quando controlamos pelas demais variáveis. Isso indica que as chances de receber o bolsa-escola são menores para os grupos etários mais velhos (*gridade2*, *gridade3* e *gridade4*) *vis-à-vis* o grupo etário mais jovem (0 a 19 anos). Esse é um resultado que pode estar intimamente ligado ao problema do recebimento do benefício ter sido registrado para a própria criança ou mesmo para mães muito jovens, pois quanto mais velho, menores são as chances de recebimento.

Em Minas Gerais, apenas *grestud3* se mostrou significativa a 5%. Nesse caso, quem tem de 9 a 11 anos de estudo tem menos chance (0,68) de ter recebido o Bolsa-Escola do que quem tem menor escolaridade (0 a 3 anos de estudo). É difícil concluirmos sobre a eficácia do programa do ponto de vista de atingir quem estava fora da escola e reverteu a situação com o programa, no entanto, é importante destacarmos que usando a comparação, quem tem menos anos de estudo tem mais chance de receber o benefício.

A renda *per capita* afeta negativamente o modelo, como esperado. Apenas o grupo de renda de R\$ 50,01 a R\$ 100,00 não se mostrou significativo a 5%. Isso significa dizer quanto maior a renda *per capita*, menores são as chances do indivíduo receber o benefício. Por exemplo, que recebe mais de R\$ 1.000,00 *per capita* tem 11% da chance de receber o bolsa-escola do que quem recebe de R\$ 0,00 a R\$ 50,00. Esses resultados implicam que embora ainda haja pessoas recebendo indevidamente o benefício, ou seja, pessoas que recebem acima da renda *per capita* exigida, o benefício é pago para apenas uma parcela muito pequena e tem atingido as classes de renda mais necessitadas.

A situação do domicílio, urbano ou rural, também nos permite uma análise importante. Essa análise mostra que o recebimento do bolsa-escola tem se mostrado mais efetivo no meio rural, pois quem mora em meio urbano tem 38% da chance de receber bolsa-escola do que quem mora em meio rural. Esse resultado associado a renda *per capita* revela que as maiores chances de recebimento do benefício estão com as pessoas de menor renda e moradoras de áreas rurais.

Como visto, a renda *per capita* é uma variável extremamente significativa para nosso modelo, pois quanto maior a renda menores são as chances de recebimento do benefício e são justamente os negros que estão concentrados nas categorias de renda mais baixas. A Tabela 8 mostra que os negros estão mais concentrados nas classes de renda *per capita* mais baixas, ao passo que há percentuais maiores entre os brancos nas classes de renda mais altas. Destaca-se o fato de que quanto mais baixa ou mais alta as classes de renda, maiores são as diferenças percentuais. Há mais do dobro de negros recebendo entre R\$ 0,00 e R\$ 50,00 se comparados aos brancos, ao passo que há 77% menos negros recebendo mais de R\$ 1.000,00 do que os brancos. Ou seja, são nos extremos da distribuição de renda que se encontram as diferenças mais marcantes em termos de raça/cor.

Tabela 5
Distribuição percentual de renda *per capita* por
raça/cor, Minas Gerais 2002/2003

Renda <i>per capita</i> (R\$)	Raça/cor		
	Branços	Negros	Diferença %
R\$ 0,00 a R\$ 50,00	6,7	14,2	111,9
R\$ 50,01 a R\$ 100,00	15,2	28,0	84,2
R\$ 100,01 a R\$ 200,00	26,1	29,4	12,6
R\$ 200,01 a R\$ 400,00	26,6	17,9	-32,7
R\$ 400,01 a R\$ 1.000,00	16,7	8,5	-49,1
Mais de R\$ 1.000,00	8,7	2,0	-77,0
Total	100,0	100,0	0,0

Fonte: POF 2002/2003

Assim, podemos dizer que as maiores chances de recebimento do benefício estão com as pessoas negras, de menor renda e moradoras de áreas rurais. Portanto, os resultados sugerem que o benefício cumpriu seu papel ao atingir a população negra, principalmente a mais pobre.

4 Considerações Finais

Como vimos, brancos e negros possuem desigualdades históricas de educação, renda e oportunidades de trabalho. Essas desigualdades podem ser minimamente aliviadas através de alguns programas governamentais de transferência de renda. É nesse sentido que o Bolsa-Escola procura atuar, dado que seu principal objetivo é garantir uma renda mínima às famílias carentes associado a ações socioeducativas, como a permanência da criança na escola.

Diante disso, o objetivo deste trabalho era verificar se o Bolsa-Escola, como programa de transferência de renda, foi eficaz do ponto de vista de atingir os negros, considerando que essa categoria de cor está sobre-representada entre as categorias de mais baixa renda.

O resultados obtidos mostram que embora o percentual de negros seja 48,8% da população de Minas Gerais, há um percentual maior proporcionalmente recebendo o Bolsa-Escola. Entre os beneficiários há 61,3% negros. Esse resultado parece indicar que há uma certa “vantagem” entre os negros para o recebimento do benefício, no entanto, quando controlamos por outras características essa suposta vantagem permanece.

Cor é uma característica importante quando analisamos o recebimento de Bolsa-Escola associado a outras características como sexo, idade, educação, renda e situação do domicílio. Os negros têm chances cerca de 26% maiores do que os brancos de receberem o benefício. Esse resultado mostra que o programa foi mais efetivo para os negros.

Sexo não se mostrou significativo no modelo analisado. Esse resultado indica que o recebimento do benefício não guarda correlação explícita com ser homem ou mulher. Por

outro lado, idade se relaciona negativamente ao recebimento do Bolsa-Escola, pois quanto maior a idade menores são as chances de receber o benefício.

Já educação se mostrou significativa apenas para o grupo de 9 a 11 anos de estudo. Nesse caso, quem tem essa escolaridade tem menos chance de participar do programa vis-à-vis aqueles que têm apenas de 0 a 3 anos de estudo. De qualquer forma, como é um benefício associado a ações socioeducativas, é importante saber que quem tem menos anos de estudo tem mais chance de recebimento do Bolsa-Escola.

A situação do domicílio também é um fator importante no modelo estudado. Quem mora em meio urbano tem menos chances de receber o benefício do que quem mora em meio rural. No entanto, esses resultados ficam mais consistentes quando analisados juntamente com a renda.

A renda *per capita*, por sua vez, é o fator mais forte para explicar o modelo utilizado na análise. Quanto maior a renda *per capita*, menor a chance de o indivíduo receber o benefício vis-à-vis aqueles de menor renda. Isso significa dizer que o programa foi extremamente eficaz em atingir a população de baixa renda. Analisando esse resultado mais detidamente, podemos dizer que como os negros estão mais representados nas classes mais pobres, isso explica em parte o fato de encontrarmos um percentual maior de negros entre os beneficiários do programa.

Assim, podemos afirmar que o Bolsa-Escola é um programa que atingiu os mais pobres e também os negros em Minas Gerais. Nesse sentido, o programa não só cumpriu seu objetivo de atingir os indivíduos que se encontram em desvantagem social mas também permitiu aliviar, mesmo que de forma discreta, as desigualdades existentes entre brancos e negros. Isso só é possível afirmar dado que o programa atingiu de forma eficaz os negros, que também estão na base da distribuição de renda.

5 Referências bibliográficas

Beltrão, K. I. e Novellino, M. S. “Alfabetização por Raça e Sexo no Brasil: Evolução no Período 1940-2000”. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, Textos para discussão n. 1, 2002.

Hasenbalg, C. “Perspectivas sobre raça e classe no Brasil.” In: Hasenbalg, C., Silva, N. V. e Lima, M., *Cor e estratificação social*. Rio e Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

Hosmer, D. W. ; Lemeshow, S. *Applied logistic regression*. New York: John Wiley & Sons, 1989. 307p.

IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 Primeiros resultados, Brasil e Grandes Regiões*, Rio de Janeiro: IBGE, 2004a.

_____. *Síntese dos Indicadores Sociais 2003*, Rio de Janeiro: IBGE, 2004b.

_____. *Síntese dos Indicadores Sociais 2004*, Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

Lima, M. “O quadro atual das desigualdades” In: Hasenbalg, C., Silva, N. V. e Lima, M., *Cor e estratificação social*. Rio e Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

MEC, Ministério da Educação e Cultura, disponível em: <<http://www.mec.gov.br/secie/estrut/serv/programa/default.asp>>. Acesso em 13/02/2006.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social, disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/bolsafamilia01.asp>>. Acesso em 13/02/2006.

Oliveira, A . M. H. C. e Miranda-Ribeiro, P. “Diferenciais Ocupacionais por Raça e Gênero no Mercado de Trabalho Metropolitano no Brasil” in: *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, p. 2687-2717, 1998.

Silva, L. M “Somos Todos e Iguais?” In: Lovell, P. A (org) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

Silva, N. V. “Morenidade: modo de usar”. In: Hasenbalg, C., Silva, N. V. e Lima, M., *Cor e estratificação social*. Rio e Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

Telles, E. E. e Lim N. “Does It Matter Who Answers the Race Question? Racial Classification and Income Inequality in Brazil”. *Demography*, Volume 35, Number 4, November 1998, 465-474.